



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 25/09/13 EXAME PRÉVIO DE EDITAL - MUNICIPAL

PROCESSO: 2495.989.13-9
REPRESENTANTE: Molise Serviços e Construções Ltda., por seu representante legal Iran Andrade de Assis (Sócio-Diretor)
REPRESENTADA: Prefeitura Municipal de Taubaté
ASSUNTO: Representação formulada contra edital do Pregão Presencial n.º 311/13, certame processado pela Prefeitura de Taubaté com propósito de registrar preços para locação de máquinas, veículos e equipamentos, incluindo materiais e mão de obra, para execução de serviços gerais de obras e limpeza pública urbana e rural em diversos logradouros públicos municipais

RELATÓRIO

Molise Serviços e Construções Ltda., sociedade empresária inscrita no CNJP sob o n.º 60.109.576/0001-13 e por seu representante legal, apresenta impugnação contra edital Pregão Presencial n.º 311/13, certame processado pela Prefeitura de Taubaté com propósito de registrar preços para locação de máquinas, veículos e equipamentos, incluindo materiais e mão de obra, destinados à execução de serviços gerais de obras e limpeza pública urbana e rural.

Em síntese, questiona os seguintes aspectos do instrumento: a) descrição confusa do objeto, por incluir prestação de



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

serviços na locação de máquinas, veículos e equipamentos; b) indefinição na forma de classificação das propostas comerciais, suscitando dúvida a respeito do destino das ofertas individualizadas para cada item licitado; c) exigência de qualificação econômico-financeira sobre o valor total estimado da futura contratação, sem excepcionar tal condição na disputa por itens; d) qualificação técnica mediante apresentação de Certificado de Acervo Técnico, comprobatório de locação de máquinas e equipamentos, posto que tal atividade não fosse suscetível de registro no CONFEA, sem prejuízo de impor indevidamente a experiência na locação de quantidades e prazo mínimos.

A inicial veio instruída com cópia da documentação reclamada pelo artigo 220, §2º, do Regimento Interno deste Tribunal, inclusive do edital em questão, segundo o qual o recebimento dos envelopes está programado para amanhã, dia 26 de setembro, às 14h30.

É o relatório.

ARPH



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

VOTO

Os questionamentos incidentes sobre a concepção do objeto, com repercussões na qualificação operacional e capacidade técnico-profissional, bem como a crítica recaída contra a estipulação da qualificação econômico-financeira, já que o registro de preços será julgado pelo menor preço por item, indicam aparente conflito com a legislação de regência e jurisprudência deste Tribunal (cf. TC-021878/026/09, Exame Prévio, Tribunal Pleno, sessão de 05/08/09, sob minha relatoria).

As demais reclamações igualmente imputam vícios ao edital, razão pela qual reputo de rigor a paralisação do certame e o chamamento da Administração para apresentação de justificativas de interesse.

Nestas condições, meu **VOTO defere a liminar à representante Molise Serviços e Construções Ltda.** para o fim de mandar suspender o andamento do Pregão Presencial n.º 311/13, da Prefeitura de Taubaté, recebendo seu pedido sob o rito do Exame Prévio de Edital, de acordo com o que preceitua o *caput*, do artigo 220 do Regimento Interno deste Tribunal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

Acolhido este entendimento por Vossas Excelências, dele deve ser intimado o responsável legal para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, compareça com cópia integral do correspondente edital, acompanhada dos documentos referentes ao processo de licitação e demais esclarecimentos que entender pertinentes.

Por último, reitero aos responsáveis legais a necessidade de que se abstenham da prática de quaisquer atos até ulterior deliberação desta Corte sobre o mérito da matéria, esclarecendo-lhes, igualmente, que por se tratar de processos eletrônicos, nos termos da Resolução nº 01/2011, a íntegra da decisão e das representações e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Apresentados os esclarecimentos ou decorrido o prazo sem ação dos interessados, encaminhe-se à ATJ para manifestação, retornando após o parecer do MPC.

É o voto.

RENATO MARTINS COSTA
CONSELHEIRO